

## **Territórios Vulneráveis e de Resistência na luta por uma habitação digna em Londrina/PR**

*Vulnerable Territories and Resistance in the  
struggle for decent housing in Londrina/PR*

*Territorios Vulnerables y Resistentes en la lucha  
por una vivienda digna en Londrina/PR*

**Ideni Terezinha Antonello**

Universidade Estadual de Londrina  
antonello@uel.br

**Léia Aparecida Veiga**

Universidade Estadual de Londrina  
leia.veiga@uel.br

**Isabelle Teixeira Bertini**

Universidade Estadual de Londrina  
Isabelle.bertini@uel.br

**Resumo:** Em Londrina a falta de políticas de habitação social e de acesso às infraestruturas básicas faz com que parte da população busque de maneira informal e precária o acesso à cidade. Objetiva-se analisar o conceito de favela, utilizado de forma corriqueira para fazer referência ao espaço vivido pelas famílias em situação de vulnerabilidade social, nesse sentido, neste estudo defende-se o conceito de território vulnerável e de resistência como expressão do espaço vivenciado por essas famílias na luta pela sobrevivência. É uma pesquisa com abordagem qualitativa, pautada em levantamentos de informações secundárias (bibliográficas e documentais) e de estudo de campo no espaço urbano de Londrina.

Conclui-se que apesar dos esforços teóricos e empíricos realizados até o momento, se faz necessário se pensar junto com a população que vive nesses territórios o termo que os representa ou se há outros caminhos possíveis de avançar na busca de um conceito que os representem.

**Palavras-chave:** Território. Moradias Precárias. Definição. Londrina/PR.

**Abstract:** In Londrina, the inexistence of social housing programmes and lack of access to basic infrastructure means that part of the population seeks informal and precarious access to the city. The aim is to analyse the concept of favela, commonly used to refer to the space lived in by families in situations of social vulnerability. In this sense, this study defends the concept of vulnerable territory and resistance as an expression of the space experienced by these families in the struggle for survival. The research has a qualitative approach, based on a survey of secondary information (bibliographical and documentary) and a field study in the urban area of Londrina. It concludes that despite the theoretical and empirical efforts made to date, it is necessary to think together with the people who live in these territories about the term that represents them or whether there are other possible ways forward in the search for a concept that represents them.

**Keywords:** Territory. Precarious Housing. Definition. Londrina/PR.

**Resumén.** En Londrina, la falta de políticas de vivienda social y de acceso a infraestructura básica hace que parte de la población busque acceso a la ciudad de manera informal y precaria. El objetivo es analizar el concepto de favela, comúnmente utilizado para referirse al espacio vivido por familias en situación de vulnerabilidad social, en este sentido, este estudio defiende el concepto de territorio vulnerable y de resistencia como expresión del espacio vivido por estas familias en la lucha por la supervivencia. La investigación tiene un enfoque cualitativo, basado en levantamientos de información secundaria (bibliográfica y documental) y estudios de

campo en el espacio urbano de Londrina. Se concluye que a pesar de los esfuerzos teóricos y empíricos realizados hasta el momento, es necesario pensar junto con la población que habita en estos territorios, qué término los representa o si existen otras formas posibles de avanzar en la búsqueda de un concepto que represente a ellos.

**Palabras clave:** Territorio. Vivienda Precaria. Definición. Londrina/PR.

## Introdução

O aumento de aglomerados humanos em habitações precárias nas cidades brasileiras tem ocorrido desde o início do século XX, particularmente após a década de 1930, tendo relação direta com o intenso e desigual processo de urbanização indissociável ao processo de industrialização.

Embora o fenômeno não seja exclusividade do período sinalizado acima, pois as favelas são anteriores a instauração da sociedade urbano-industrial no Brasil, podendo ser verificadas habitações urbanas precárias já no período colonial (Queiroz Filho, 2011), as referências ao termo favela encontram-se associadas na historiografia e estudos de diversas áreas – incluso os geográficos –, em textos jornalísticos e nas obras da literatura brasileira, associadas ao contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX. E a consolidação do termo favela oficialmente para esse tipo de habitação nas demais cidades brasileiras ocorreu a partir do Censo de 1950 quando o IBGE adotou essa definição para fazer menção ao fenômeno nas cidades brasileiras, época na qual a população de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro já havia adotado no cotidiano essa definição para as moradias precárias.

Na cidade de Londrina, localizada no Norte do Paraná, as favelas com origem no final de 1950, aumentaram nas décadas seguintes frente às transformações na agropecuária e a migração de grande parte da população rural no sentido da cidade.

Ao se pensar nas condições precárias de habitações que uma parte da população de Londrina tem que sobreviver no seu dia a dia, se tem como intuito deste artigo analisar o conceito utilizado para expressar a realidade do espaço vivido destas famílias sem acesso ao mínimo de serviços básicos e de uma moradia com padrões construtivos que contribuam para a segurança de suas vidas, comumente entendido de forma pejorativa (Mattos, 2020) pela sociedade e denominado de favela. Sendo que esse objetivo converge para outro percurso de análise que é traçar uma reflexão sobre conceito de espaço vivido na perspectiva adentrar na discussão sobre a dinâmica segregacionista vivenciada pelas famílias que necessitam de uma habitação para sobreviver que tem que lançar mão da estratégia de resistência perante uma estrutura fundiária urbana concentrada que não possibilita o acesso a cidade formal, que gera a cidade informal (Maricato, 2012).

Fruto desta dinâmica tem-se os territórios vulneráveis, os quais segundo Antonello (2022, p. 278) têm como características: “[...] a falta de infraestrutura técnica (saneamento básico, energia, coleta de lixo etc.) e social (saúde, educação), além da precariedade das moradias, geralmente, localizadas em áreas impróprias (margens de rios urbanos, antigos lixões, áreas com declividade acentuada)”. Bem como de resistência, pois é uma forma de luta pelo direito a cidade, nesse sentido se pauta em Antonello (2023, p.1086) ao defender que os conflitos e as contradições da produção social do espaço urbano, “[...] geram, ao mesmo tempo, o sofrimento da dominação opressiva do espaço abstrato (lógica do capital) e da apropriação do espaço percebido, vivido da favela (território de resistência)”. Portanto, se considera neste estudo que os territoriais vulneráveis (favela) se cristalizam em território de resistência “[...] no sentido que as famílias que produzem esse espaço vivido têm que lançar mão da estratégia de resistência perante uma estrutura fundiária urbana concentrada” (Antonello, 2023, p. 1087).

Assim, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar o conceito de favela, utilizado de forma corriqueira para fazer referência ao espaço vivido pelas famílias em situação de vulnerabilidade social, nesse sentido, neste estudo defende-se o conceito de território vulnerável e de resistência como expressão do espaço vivenciado por essas famílias na luta pela sobrevivência.

O procedimento metodológico da pesquisa pautou-se no arcabouço teórico-metodológico assentado pensamento de Henri Lefebvre (2006, 2016), tendo como base as concepções a respeito da produção social do espaço urbano e o método regressivo-progressivo, utilizando de forma investigativa e interpretativa a tríade espacial, a saber: espaço percebido, vivido e concebido. Essas dimensões do espaço propostas pelo autor se relacionam de forma dialética, em um entrelaçamento caótico, sendo a decodificação unitária um desafio (Lefebvre, 2006).

Essa decodificação tem como ponto de partida o cotidiano, que é essencial ao se estudar os territórios foco desta pesquisa, pois a discussão sobre o cotidiano de Lefebvre remete a base de seu método para se adentrar nos fenômenos espaciais. Ao reconhecer que a complexidade da realidade social vai se apresentar de forma horizontal (inserido no contexto de sua época) e vertical (resultado de diferentes momentos históricos), dessa forma o intuito é identificar o presente para recuperar o passado. Uma vez que o regressivo

subentende-se partir do hoje, diretamente para o passado. A volta ao passado tem o escopo definido, entender os processos em curso. Logo é progressivo, pois no caminhar do passado para o presente, pode fomentar descobertas ao longo do processo investigativo que tem potencial de criar caminhos para se pensar a produção social do espaço.

Ao se ancorar nesta perspectiva lefebvriana as técnicas de pesquisa se pautaram em três fases: 1) o levantamento teórico e metodológico sobre a problemática da pesquisa, com destaque para a discussão do conceito de favela; 2) arrolamento de dados juntos aos órgãos municipais, tais como: COHAB- LD (Companhia de Habitação de Londrina), Prefeitura, IPPUL (Instituto de Planejamento e Pesquisa urbana de Londrina) e de outras fontes de informações estatísticas e de documentos históricos, como a acervo da NDPH - Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica/UEL, essa última fase de levantamento dos documentos históricos, proporcionou a volta ao passado mediante a análise destes documentos via a apreensão da produção social do espaço urbano de Londrina nas temporalidades trabalhadas via as imagens presentes nas fotografias selecionadas; 3) realização de estudos de campo (trabalho de campo), no qual se optou pela técnica da observação e o registro fotográfico, visando dar continuidade na análise empreendida via fotografias obtidas nos documentos históricos.

Esclarece-se que os dados estáticos, que compuseram a segunda fase da investigação, foram utilizados para se traçar o cenário geral das ocupações urbanas de Londrina, na perspectiva de apreender a dinâmica segregacionista vivenciada pelas famílias na temporalidade presente, que necessitam de uma habitação para sobreviver que tem que lançar mão da estratégia de resistência perante uma estrutura fundiária urbana concentrada que não possibilita o acesso a cidade formal, que gera a cidade informal que se desdobra o que entende-se neste estudo de territórios vulneráveis, ao mesmo tempo de resistências, sendo uma forma de luta pelo direito a cidade.

O artigo encontra-se estruturado de forma a abarcar os objetivos propostos, o primeiro tópico é dedicado a realizar uma análise de como luta pela sobrevivência de parcela de famílias brasileiras em uma moradia precária, em áreas informais, vem sendo definida para apreender essa realidade ao longo do tempo, comumente conhecida como favela e outras definições para habitação precária. O segundo volta-se a reflexão sobre o espaço vivido- como

território de resistência, com intuito de aprofundar a discussão sobre o conceito de espaço vivido expressão dos territórios vulneráveis e de resistências, dessa forma assenta-se a reflexão sobre um arcabouço teórico-metodológico de Lefebvre (2006; 2016). Na terceira parte apresenta-se um percurso visual – das paisagens das favelas em Londrina, expressão dos territórios vulneráveis e de resistências ao longo do tempo histórico da produção social do espaço urbano de Londrina.

## **Favela e Outras Definições para Habitação Precária no Brasil**

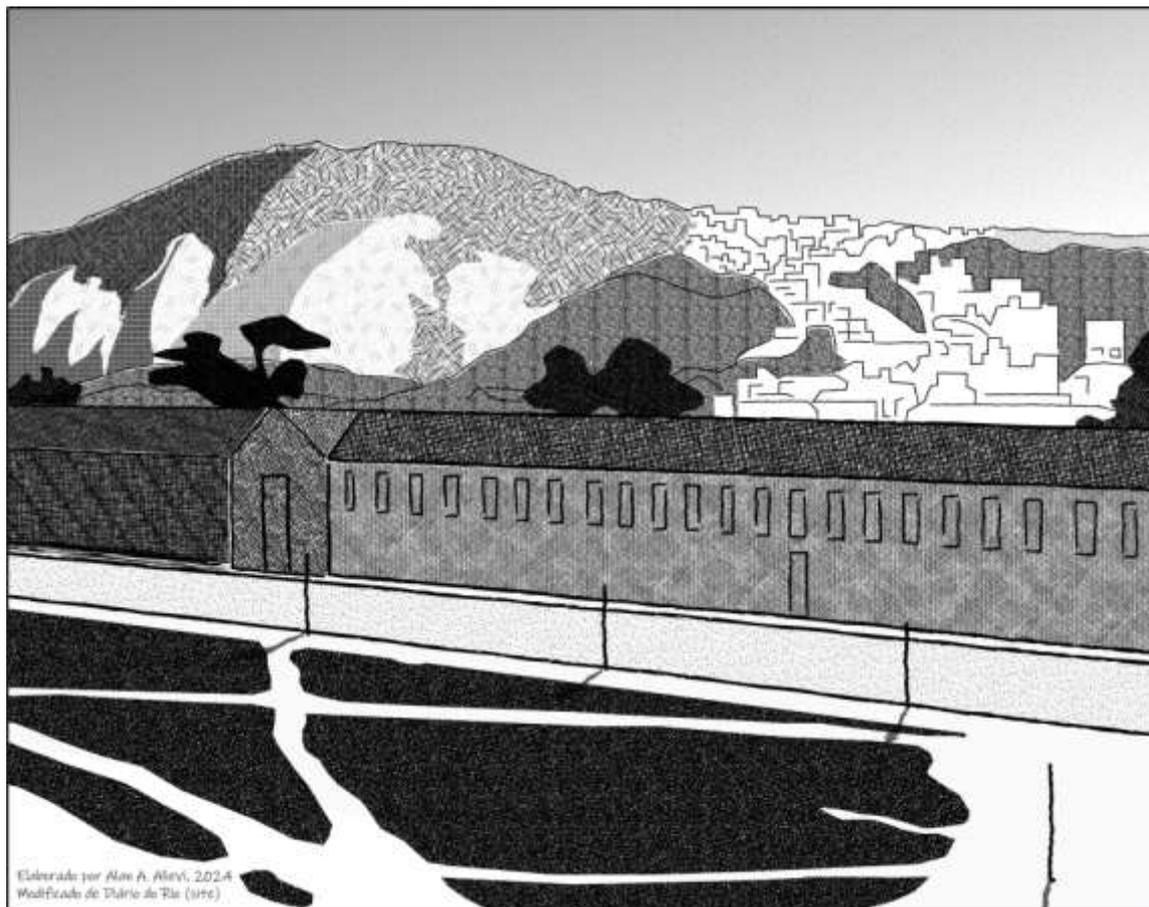
O termo favela, segundo Leite (2010, p. 166) é “[...] exclusivamente e originalmente brasileiro, pois essa denominação vem de uma planta leguminosa, chamada Favela, típica do nordeste brasileira”. Trata-se de uma planta com o nome científico *Cnidocolus Quercifolius* abundante em ambientes com condições climáticas extremas, apresentando grande capacidade de tolerância a seca e condições adversas (Elvir, 2018).

E o marco dessa correlação entre a planta favela e moradias precárias no Brasil ocorreu a partir do final do século XIX e início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, na época capital do país. Conforme a explicação mais divulgada no âmbito acadêmico por diferentes pesquisadores, essa correlação ocorreu a partir do momento que ex-combatentes da guerra de Canudos, ao regressarem para a capital brasileira, na época Rio de Janeiro, souberam que o governo da república não cumpriria a promessa de indenização prometida no início do conflito.

Esses soldados sem condições financeiras para sobreviverem na cidade do Rio de Janeiro, ocuparam uma área de morro atrás da sede do governo (figura 1), denominada Livramento que já abrigava famílias despejadas do cortiço denominado Cabeça de Porco (Gonçalves, 2013) em meio ao processo de higienização da área central da cidade em curso naquele momento histórico, que a partir de então, passou a ser chamado popularmente de morro da Favela (atualmente morro da Providência). Encontra-se localizado na porção portuária do Rio de Janeiro, na zona central da cidade no bairro da Gamboa, localizado

entre a estação Central do Brasil (avenida Presidente Vargas) e a Cidade do Samba (avenida Oscar Niemeyer).

É importante ressaltar que embora o processo de erradicação dos cortiços tenha sido iniciado ainda no período imperial por serem vistos pelas autoridades e elite como ambientes insalubres, propagadores de epidemias e da violência, a higienização foi intensificada no período republicano (final do século XIX e início do XX). Trata-se de um momento de ampla divulgação de um discurso higienista autoritário que associava as classes populares e seus espaços de moradia ao perigo e a marginalidade. A legislação urbanística teve papel importante no planejamento urbano da cidade no referido período ao legitimar a política de demolição de cortiços, estimulando, ao mesmo tempo, a ocupação dos subúrbios e dos morros da cidade (Gonçalves, 2013).



**Figura 1. Desenho da porção na qual se tem representado o Quartel General do Exército, localizado próximo ao sopé do Morro da Providência no ano de 1900 no Rio de Janeiro.**

*Fonte: Diário do Rio. Disponível em: [https://diariodorio.com/dia-da-favela-a-historia-do-morro-da-providencia/#google\\_vignette](https://diariodorio.com/dia-da-favela-a-historia-do-morro-da-providencia/#google_vignette). Elaborado por Alan Alves Alievi, 2024.*

Ao analisar esse contexto Queiroz Filho (2011, p. 46) afirma que a “origem da palavra favela é muito mais complexa do que a do cortiço”. Essa origem da definição genérica de favelas para moradias precárias é uma das três explicações encontradas na literatura acadêmica, havendo outras duas formas de justificar como ocorreu essa associação do termo favela às moradias sem infraestrutura e vulnerável.

Segundo Rodrigues (2017) a gênese da favela por se referir a uma das formas espaciais da segregação socioespacial das cidades brasileiras, não há consenso entre os pesquisadores, ao mesmo tempo, em que gera um vazio na historiografia nacional e tornando este tema como um campo marginal destinado aos estudos de habitação popular precária (Elvir, 2018).

No levantamento historiográfico da origem do termo genérico favelas para moradias precárias no Brasil, nas três versões há consenso apenas no recorte espacial, no caso cidade do Rio de Janeiro (Abreu, 2010; Brum, 2012; Valladares, 2005; Vaz, 1994, Rodrigues, 2017; Elvir, 2018; Hahner, 1993).

Tendo por base essas três explicações para a formação das primeiras favelas no Rio de Janeiro, pode-se dizer que ambas as possibilidades explicativas carregam consigo o fato de morros serem locais de moradias para sujeitos sociais da classe trabalhadora em condições precárias economicamente e com negação do direito à cidade assim como foram fortemente caracterizados a partir das duas últimas décadas do século XIX seja pelos meios de comunicação e autoridades políticas, seja por escritores diversos como espaços de “[...] ilegalidade, insalubridade, desordem, autoconstrução e falta de serviços e infraestrutura urbana” (Vaz, 1994, p. 48), contribuindo para o “[...] desenvolvimento de um imaginário coletivo sobre o microcosmo da favela e seus moradores” (Valladares, 2000, p.8) que foi sendo estendido a outras cidades brasileiras, que assim como o Rio de Janeiro passaram (principalmente após a década de 1930) pelo processo de urbanização e negação do direito a moradia digna aos grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

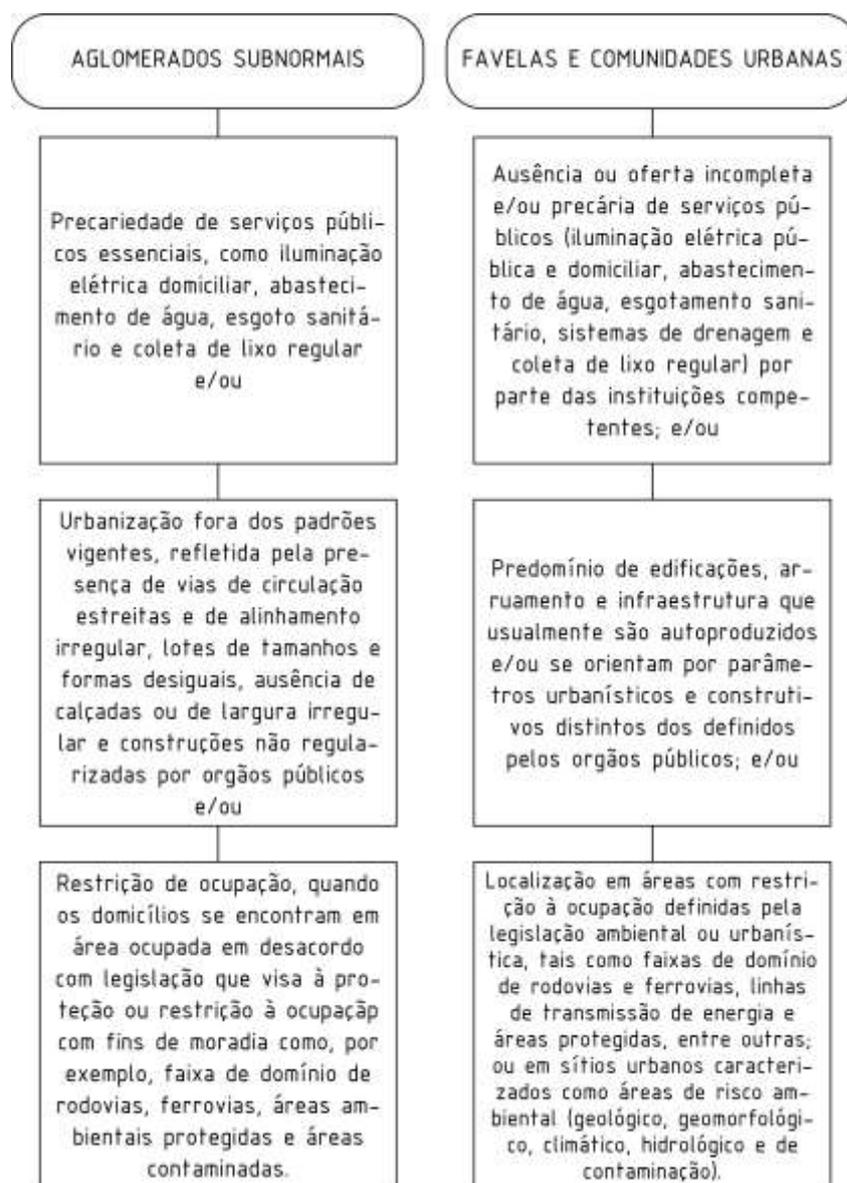
Esse termo foi oficializado na escala nacional por ação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE quando na metodologia do Censo Demográfico para o Distrito Federal do Rio de Janeiro (Ibge, 1953), como forma de definir aglomerados humanos como favelas foram considerados aspectos marcantes na configuração territorial, estando em área de morro ou não, mas

que apresentassem total ou parcialmente o número de agrupamento de moradias geralmente superior a 50, com predominância de barracos construídos com restos de materiais, com famílias sem a posse legal de terra, estando essas áreas desprovidas de melhoramentos públicos e de urbanização (Ibge, 1953).

Assim, ao reconhecer oficialmente as características das favelas no Rio de Janeiro, o IBGE acabou por consolidar no território brasileiro de forma oficial de se pensar uma favela. Com o passar das décadas, o IBGE, passou a revisar a nomenclatura desses agrupamentos humanos, que passou a ser chamado nos censos demográficos realizados de 10 em 10 anos de: Aglomerado Urbano Excepcional, em 1970, na base territorial e tabulação de dados; de Setores Especiais de Aglomerado urbano, em 1980, na base territorial e de Favelas na tabulação de dados; de Aglomerados Subnormais, em 1991/2000/2010, na base territorial e na tabulação de dados (Ibge, 2023).

Em 2023, a partir de pressão da sociedade civil organizada e inúmeras discussões, o IBGE retomou oficialmente a nomenclatura favela e acrescentou comunidades urbanas. Passou então a partir da nota metodológica 1 a utilizar oficialmente o termo Favela e Comunidades urbanas para os aglomerados de pessoas até então nomeados de Aglomerados Subnormais pelo IBGE (figura 2).

Isso porque ao rever o conceito de Aglomerados Subnormais, verificou que o mesmo da forma como se encontrava, além de não abarcar as diferentes formas de concretização do fenômeno socioespacial em tela, seja no tocante ao conteúdo seja na nomenclatura utilizada em diferentes porções do país, também não atendia a demanda represada da sociedade nos últimos anos (Ibge, 2023, p. 23). E o que mudou em termos de elementos que caracterizam o conceito de Favela em comparativo aos Aglomerados subnormais? Segundo o texto da Nota Metodológica 1 do IBGE (2023), o critério elegeu-se como critério predominante o grau de insegurança jurídica da posse da terra, somado a pelo menos um dos seguintes critérios expressos (figura 2).



**Figura 2. Critérios para conceituar Aglomerados subnormais e Favelas e Comunidades Urbanas segundo IBGE, 2023**

Fonte: IBGE, 2023.

Voltando nosso olhar para o conceito utilizado na cidade de Londrina oficialmente, verifica-se que nas últimas décadas, o termo mais utilizado pelos canais oficiais (COHAB, Órgãos da Prefeitura Municipal) e por pesquisadores tem sido: Ocupação Irregular para designar as favelas. E em meio à população, conversas informais indicam o uso corrente dos termos favelas e a invasão para nomear esse tipo de aglomerado urbano. E dentre esses dois, favela é utilizado

pela maioria dos habitantes londrinenses, o que nos levou a refletir sobre esse fenômeno em outra perspectiva, conforme discutido no próximo tópico.

## **A favela na perspectiva de território vulnerável: O espaço vivido como resistência - a luta por uma moradia digna**

A urbanização brasileira remete ao desenvolvimento geograficamente desigual que marca o território nacional, uma vez que as contradições do espaço são engendradas na prática social fruto da apropriação- domínio desigual do solo urbano que produz o espaço no ritmo da lógica do capital, levando o conflito entre o espaço abstrato (concebido) e concreto (percebido), esse último o espaço vivido, como diz Lefebvre (2016) “despedaçado e vendido”. Essa dinamicidade do espaço é movida pela tríade, a saber: a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação. A triplicidade espacial se cristaliza no espaço percebido, que perpassa a prática social na sua totalidade, decorrente da experiência vivida no cotidiano do espaço vivido, que se insere e está inserido no espaço social que contém o espaço abstrato. O espaço concebido (abstrato) se vincula ao domínio do valor de troca, seguindo as diretrizes do capital e as suas relações sociais de produção.

A prática espacial gera espaço social, tanto concebido como o percebido, sendo a expressão das representações do espaço e os espaços de representação. No espaço social que irá se manifestar os conflitos e contradições, nas palavras de Lefebvre:

Contradições do espaço procedem, em parte, de antigas contradições, oriundas do tempo histórico, modificando-as: ora agravando-as, ora atenuando-as. Entre essas antigas contradições nascem novas, que eventualmente conduzem o espaço abstrato em direção a seu fim. No seio desse espaço, a reprodução das relações sociais de produção não se consuma sem um duplo movimento: dissolução de relações, nascimento de novas relações. (2006, p. 84)

Nesse perpetuo movimento de transformação do espaço, ele é ao mesmo tempo produto e produtor, uma vez que o espaço não é condição e resultado – ele “contém e é contido”, isto é, “[...] o espaço social é obra e produto” (Lefebvre, 2006, p. 150). Na dinâmica do espaço concebido que visa a homogeneização do espaço conforme a sua lógica abstrata, isto é, com o escopo de transformar tudo em valor de troca.

Dessa forma, busca dominar o espaço percebido conforme os seus interesses, mediante o pressuposto de acabar com os conflitos e diferenças, dissimulado no discurso técnico. Esse discurso é o que propaga as representações do espaço, visando ocultar as contradições e conflitos fruto da própria configuração espacial abstrata, que ao contrário produz novas diferenças, portanto, as contradições do espaço se mantêm e se aprofundam, sendo que as diferenças/desigualdades são concretizadas nas áreas segregadas do urbano. Tal fato é a gênese dos territórios vulneráveis e de resistências no urbano, que se pode adentrar no espaço diferencial, defendido por Lefebvre (2006, p. 59).

Os territórios de resistências emanam da luta para a superação do tempo e espaço como mercadoria, marcado pelo valor de troca, que se materializa na estrutura fundiária urbana concentrada, envolta na representação do espaço, que negligencia e subjuga o espaço como valor de uso, os espaços de representação. Por conseguinte, o direito a habitação se vincula ao valor de mercado, o que forja a resistência, expressa nas ocupações irregulares, que demonstra a possibilidade de rompimento/luta contra a homogeneização do espaço abstrato, desdobrando-se no espaço diferencial, via a instauração de um espaço vivido. Na sobreposição dos espaços advinda da luta dos contrários entre o espaço de dominação e de apropriação, ocorre a vitória opressiva da dominação do espaço concebido, todavia sem a morte do espaço de apropriação, mesmo na luta desigual, sofrida, das famílias que fazem da favela o seu espaço vivido, sentido na sua experiência de vida de sobrevivência, de luta, de resistência. Como diz Lefebvre,

Desta forma então, o espaço social “incorpora” atos sociais, os de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem. Para eles, seu espaço se comporta, ao mesmo tempo, vital e mortalmente; eles aí se desenvolvem,

se dizem e encontram os interditos; depois caem e seu espaço contém sua queda. (2006, p. 59)

O espaço concreto/empírico urbano revela e é revelado pela presença das favelas, neste estudo entendida com a cristalização dos territórios vulneráveis/resistência, as diferenças, dentro do espaço da homogeneização da padronização requerido pelo capital e pelo discurso dominante, pois constroem análises do urbano mediante a racionalidade imposta pelos esquemas e padrões que dominam a visão técnica de planejamento urbano. Dessa forma, “Esses procedimentos analíticos apenas se atêm aos esquemas uniformes, às homologias. Eles conduzem às lógicas (a da troca, a da planificação etc.), ao invés de pôr o acento nas diferenças” (Lefebvre, 2016, p.82, grifo nosso).

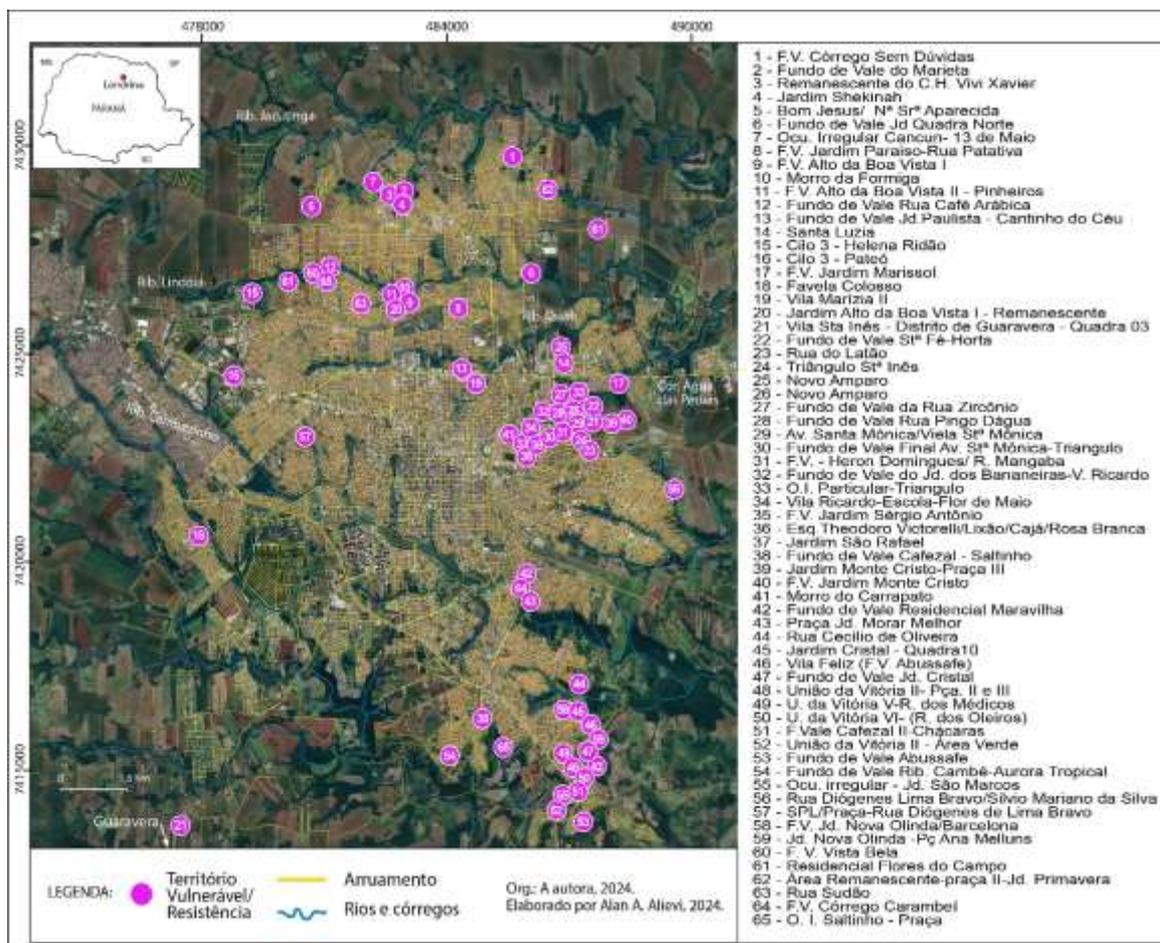
Nessa questão essencial – nas diferenças – nos espaços diferenciais – representados pelos territórios vulneráveis/resistência presentes na cidade de Londrina/ PR (Figura 3), que se tornam opacas perante as luzes da cidade, que essa investigação se justifica, no sentido, de trazer para a análise esses espaços vividos fruto da segregação socioterritorial imposta pela lógica do espaço abstrato. Esses territórios identificados e apresentados na investigação tem o escopo de aflorar as diferenças do e no espaço, na perspectiva de fazer brilhar os conflitos e as contradições na luta dos contrários, que gera ao mesmo tempo, o sofrimento da dominação opressiva do espaço abstrato e da apropriação do espaço percebido, vivido nesses territórios de ocupação informal.

Assim, os territórios vulneráveis e de resistência são a expressão do confronto direto com o espaço ordenado, uma vez que “É o espaço onde a conexão coercitiva se efetua por meio de um sistema de acessos às partes deslocadas: o espaço, ao mesmo tempo informe e duramente constrangedor das periferias e dos subúrbios, onde os cortiços, as favelas, as cidades de urgência completam os subúrbios residenciais” (Lefebvre, 2016, p.48).

Os territórios vulneráveis/resistência em Londrina eram vividos até 2018, por 4709 famílias que sobreviviam em moradias precárias, em um total de 69 (Cohab-LD, 2018), as quais se constituem no espaço vivido por elas, na luta por uma moradia digna (figura 3).

Esses territórios estão espacialmente concentradas na Zona Leste (67,47%) e na Zona Sul (66,48%), áreas estas de menor poder aquisitivo da

cidade, sendo que grande parte está localizada nas margens dos rios urbanos, que corresponde na maioria dos casos às áreas de preservação permanente/APPs.



**Figura 3. Localização dos territórios vulneráveis de resistência em Londrina/PR**

Fonte: Londrina – Revista Perfil, 2022

A concentração espacial dos territórios vulneráveis de resistência (figura 3) se encontra nas bordas da malha urbana, principalmente em porções marcadas pela desigualdade socioeconômica em Londrina. Trata-se da periferia da Zona Sul, na qual a pobreza é revelada não apenas pela baixa renda obtida pelos chefes de família, mas pela falta de oportunidades de emprego e pelos índices de criminalidade, por conseguinte sofrem com a precariedade de infraestrutura urbana, particularmente com a deficiência de equipamentos

urbanos relacionados à saúde, educação e os meios de transportes. Assim sendo, a espacialização das dessas áreas expressa a segregação socioterritorial destas famílias, já que em função dos baixos rendimentos ou sem rendimentos tem com alternativa de sobrevivência viver nesses territórios.

A seguir, apresentam-se os territórios vulneráveis e de resistência de Londrina via a paisagem mediante fotografias, sendo que as imagens revelam a realidade do espaço vivido por essas famílias, ao longo do tempo, na produção social desigual do espaço urbano.

## **Percurso ao longo do tempo dos territórios vulneráveis e de resistência em Londrina**

Londrina, fundada em 1929, já apresentava desde sua gênese indícios da segregação socioterritorial. Arias Neto (2008) destaca que para organizar a cidade, que até então crescia de forma bastante desordenada, entre em 1951 a 1955, foram desenvolvidas um conjunto de leis que passaram a organizar o município, como a Lei 133, que permitia a Prefeitura intervir no ordenamento territorial e expansão da cidade a partir de regras de loteamento e zoneamento “[...] essas práticas evidenciam a vontade e intencionalidade segregacionistas, resguardando às classes dominantes os melhores espaços da cidade, bem como prescrevendo para estas o maior número de benfeitorias urbanísticas” (Arias Neto, 2008, p. 107).

Nesse contexto, grande parte da população migrante do campo para a cidade possuía um baixo poder aquisitivo, sem condições financeiras de arcar com os custos de moradia em locais adequados, o que teve como consequência a manutenção e agravamento da segregação socioterritorial e a produção dos espaços de resistência, como as ocupações irregulares (Antonello; Veiga; Bertini, 2023).

Advindas deste espaço vivido repleto de incertezas, na década de 1950, já constava na paisagem londrinense a luta pela moradia digna, cristalizada nas primeiras favelas da cidade. Dentre elas podemos citar: Pito Aceso (1953), Vila do Grilo (1955), Vila Esperança (1958), Caixa Econômica, também conhecida

como “Grilinho” (1959), ocupações que estavam localizadas em áreas periféricas da cidade de Londrina (Cohab, 2011; Martins, 2007).

A favela da Caixa Econômica recebia este nome, pois estava localizada em um terreno pertencente ao banco no Jardim Shangri-lá, na área urbana da cidade (Gavetti, 1998). Como tentativa de reintegrar a posse do terreno, a partir de solicitação à justiça, a CEF solicitou auxílio de tropas do 5º Batalhão da Polícia Militar para realizar o despejo de 400 famílias, como pode ser visto em manchete publicada no Jornal de Londrina do dia 10 de julho de 1969 (Figura 4).



Figura 4. Manchete do dia 10 de julho de 1969.

Fonte: Jornal de Londrina, (1969).

Para evitar esta ação que teria grandes consequências sociais, o então presidente da Cohab-LD Nelson Gavetti sob o governo de Dalton Paranaçu (1969-1973) destaca que a situação foi resolvida a partir da desapropriação do imóvel “[...] em caráter amigável com valor simbólico”, transferindo a área para a Cohab-LD (Gavetti, 1998, p. 40).

Entretanto, percebe-se que neste momento não houve ações concretas por parte do Estado que visassem auxiliar esta população a terem o acesso a moradia digna, colaborando para que a manutenção ou o surgimento de novos territórios de resistência se concretizasse. Nesse sentido, Arias Neto (2008, p.

105) destaca que “[...] tratava-se de organizar a cidade colocando cada grupo social em seu devido lugar e espaço, e, ao mesmo tempo, alimentar a esperança de que o progresso beneficiaria a todos de modo justo [...]”.

Atitudes que visassem a solução desta questão foram tomadas apenas na década de 1970, quando se iniciou uma ação com a união da Cohab-LD e Banco Nacional da Habitação (BNH) para ser realizado o que ficou chamado como “desfavelamento” a partir da construção de conjuntos habitacionais que atenderiam as famílias ocupantes das favelas, ou seja, a ideia seria a erradicação de todas as favelas da cidade (Gavetti, 1998).



Figura 5. Reportagem Folha de Londrina: 18 de agosto de 1971.

Fonte: Folha de Londrina, (1971).

Segundo a notícia, a erradicação das favelas de Londrina, aconteceria até o final do mandato do então prefeito Dalton Paranaguá (1969-1973), a partir do financiamento “[...] do Banco Nacional da Habitação na liberação de recursos e inclusive de financiamento à Prefeitura para a aquisição de terrenos e sua urbanização” (Folha de Londrina, 1971). É importante mencionar que, as casas não seriam doadas para as famílias, os novos moradores passariam a ser incorporados no sistema financeiro atrelado ao BNH, assumindo assim a dívida para a aquisição do imóvel (Zanon, 2022).

Sob este plano, por possuir o menor número de ocupantes, estar em uma área particular onde o proprietário cobrava aluguel dos barracos, sem água potável e saneamento básico, a primeira favela a passar por este processo foi a do Bom Retiro em 1971. Os moradores foram realocados no Conjunto Habitacional Barravento construído com recursos do BNH na Vila Portuguesa - região leste da cidade, aparentemente, de forma amigável (Gavetti, 1998).

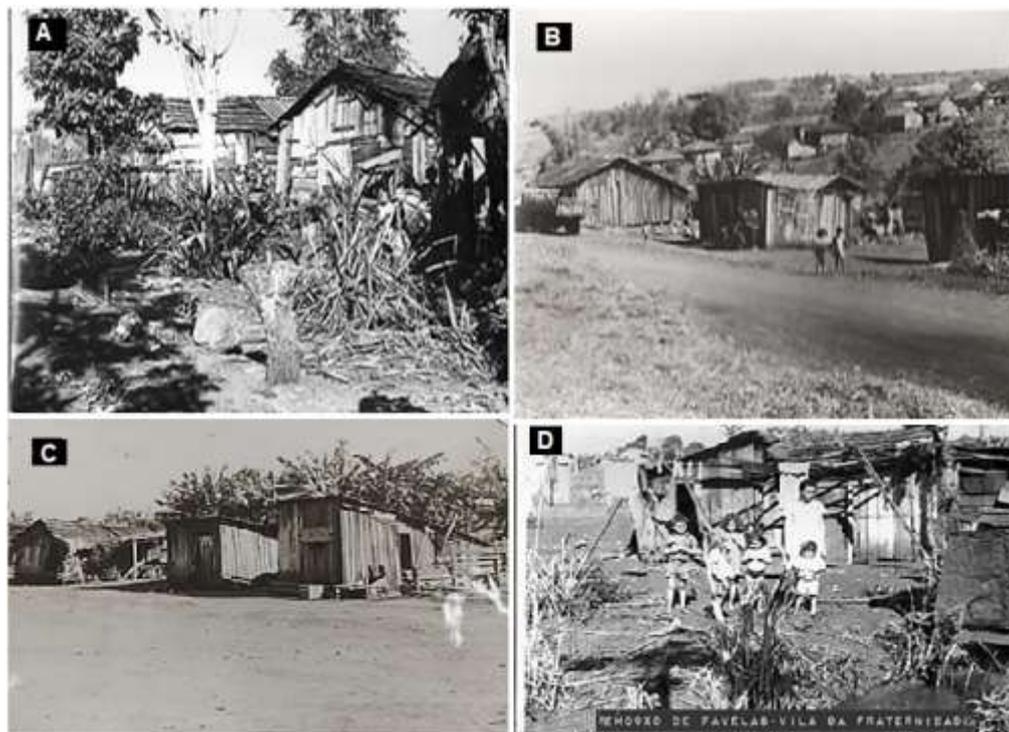
Destaca-se que foram construídas no Barravento 34 unidades habitacionais. Esperava-se não construir apenas moradias e sim proporcionar aos realocados as infraestruturas básicas e também realizar o acompanhamento social durante e após a construção das moradias (Ippul, 1996). Neste processo, as famílias passavam por exames médicos, recebiam orientações sobre como cuidar de suas novas casas e da higiene pessoal. Fato que fica evidente no trecho, no qual Gavetti (1998, p. 60) menciona que “[...] membros da comunidade orientavam na colocação dos pertences e auxiliavam na arrumação da casa. Ao mesmo tempo os estudantes de medicina (Faculdade de Medicina e outros) davam as primeiras orientações relativas ao uso do banheiro, pia, etc.”.

Pelos relatos, aparentemente, a gestão pública acreditava que estas pessoas não sabiam se portar dentro de uma residência, demonstrando um comportamento discriminatório e que reforça a situação de desigualdade e segregação em que estas pessoas viviam, fomentando a visão depreciativa desses lugares denominados de favela. Corroborando a análise, Arias Neto (2008, p. 105 - grifo nosso) destaca que “[...] a intervenção do poder público se legitima, por um lado, ao apoiar-se (...) nos modernos métodos e técnicas urbanísticos e higienistas, e por outro, atender às reivindicações populares - a opinião pública expressa pela imprensa local”.

É importante frisar que a construção de um espaço vivido saudável em uma área urbana vai além de orientações de higiene pessoal, as ações advindas do espaço percebido devem abarcar infraestruturas urbanas e sociais que auxiliem esta população na inclusão e no direito de viver a cidade, não apenas a estrutura física da casa.

Ações similares com a remoção das famílias de ocupações irregulares para que ocorresse o desfavelamento aconteceram na favela Esperança localizada próxima a linha férrea, na favela Pito Aceso localizada na zona Sul nas proximidades do Córrego Água Fresca e na favela do Grilo (Vila

Fraternidade) localizada na zona Leste, nas margens do Córrego Londrina ao lado do Marco Zero (Figura 6).



**Figura 6. Vista parcial do processo de desfavelamento na Favela Esperança em 1969 (A), na favela do Grilo em 1972 (B), na Favela Pito Aceso em 1972 (C) e Vila Fraternidade (D).**

*Fonte: Desfavelamento Vila Fraternidade e outros- Coleção José Divino Gonzaga. NDPH - Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica/UEL*

Destaca-se que as famílias das três ocupações foram realocadas onde estava localizada a favela do Grilo, onde em 1972 foi construído com recursos advindos do BNH na zona leste da cidade, o Conjunto Habitacional Pindorama, com 116 unidades habitacionais e neste caso, há relatos de que também houve a construção de um centro comunitário. Os moradores receberam tratamento semelhante aos moradores do Conjunto Habitacional Barravento, com acompanhamento social antes e após a construção das moradias (Gavetti, 1998; Ippul, 1996).

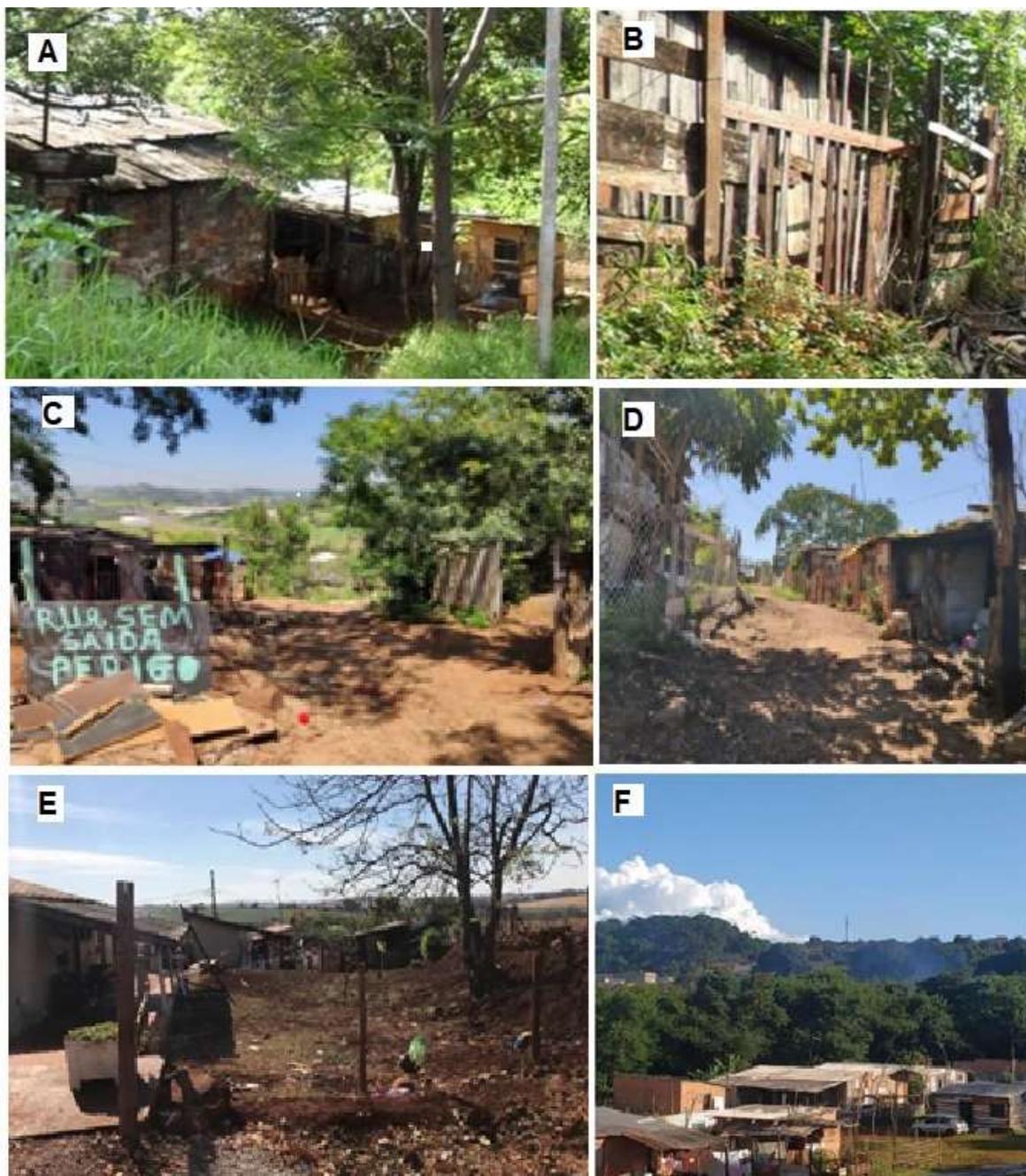
Apesar de toda a ambição apresentada, o plano de “desfavelamento”, ele não conseguiu atingir a meta de erradicar os territórios vulneráveis e de resistência em Londrina. Pensando que no momento havia um número reduzido

de ocupações irregulares, o que propiciaria atacar diretamente a “raiz” do problema, na prática o problema habitacional na cidade de Londrina não foi resolvido, muito pelo contrário, se intensificou. Fresca et al (2008) destacam que a partir da década de 1990, o número de ocupações irregulares aumentou significativamente, passando de 15 para mais de 50 e como visto anteriormente e apresentado anteriormente na figura 3, a cidade de Londrina possui 69 territórios vulneráveis e de resistências. Fica evidente que as ações não foram suficientes. A lógica de produção e reprodução do espaço urbano continua visando a maior rentabilidade possível, o que tem como consequência direta a manutenção da segregação territorial.

Esta realidade pode ser visualizada a partir das fotografias obtidas em levantamentos de campo em diferentes pontos da cidade, entre 2020 e 2021, apresentando os territórios vulneráveis e de resistências em diferentes áreas da cidade (Figura 7) nas Zonas Leste, Sul e Norte.

Apesar de existir a aproximadamente 50 anos entre as fotos dos primeiros territórios (1969-1972) e as atuais (2020-2021), é perceptível um padrão similar no que diz respeito a precariedade das moradias, construídas com materiais improvisados, sem acesso a equipamentos urbanos técnicos (como ruas pavimentadas, energia elétrica, saneamento básico, entre outros) e sociais (saúde, educação, lazer). Além disso, também se torna visível a localização imprópria das ocupações, em áreas próximas às margens de cursos d’água e fundos de vale.

É possível estabelecer o domínio do espaço concebido em relação ao percebido, onde se evidencia a repetição na reprodução do espaço urbano a partir de uma lógica segregacionista, repleto de desigualdades, na qual a acumulação de capital se destaca em detrimento dos espaços de representação, ou seja, o bem-estar e a realidade da vida cotidiana da população foram colocados em segundo plano.



**Figura 7. O espaço vivido dos territórios vulneráveis e de resistências nas zonas Leste (A, B), Sul (C, D) e Norte (E, F) de Londrina-Pr, 2020/21**

*Fonte: Levantamentos de campo, 2020/2021. Fotografias Antonello, I. T. (2020/2021).*

Apesar de ser visível a deterioração do espaço, esta parcela da população continua vivendo na invisibilidade, sem nenhuma perspectiva de mudanças. Dessa forma, os programas habitacionais desenvolvidos ao longo dos anos e que poderiam contemplar mais moradores das ocupações irregulares, têm como

prerrogativa a comprovação de renda, o que automaticamente dificulta o acesso a moradia desta parcela da população, pois grande parte possui suas relações de trabalho pautadas na informalidade e como “[...] o acesso a condições adequadas de habitação está vinculado à renda (...) a população de baixa renda é premida pelas alternativas (...) de ocupar parcela do território em condições inadequadas [...]” (Cohab, 2011, p. 51)

Nesse contexto, infelizmente, o que resta para grande parcela da população que vive na informalidade é manutenção e construção de espaços de resistência, se submetendo a viver em locais de extrema vulnerabilidade. Se faz necessário romper com esse ciclo de alienação que transforma o mundo cada vez mais homogêneo - nos moldes do sistema capitalista - caminhe em direção ao direito à diferença. É na vivência do cotidiano aonde podemos mudar o mundo em que vivemos.

## Considerações finais

As ações que ocorreram no início da década de 1970 - que pelo menos no discurso apresentado -, visavam a erradicação das favelas, foram marcadas pela lógica do sistema capitalista, pois, com práticas higienistas, trataram a parcela da população que vivia em territórios de resistência de forma invisibilizada. As ações não foram suficientes e ao longo dos anos, agravou as desigualdades sociais e conseqüentemente, o surgimento de novos territórios vulneráveis e de resistência. Infelizmente, até o presente momento, esta população continua sendo tratada da mesma forma, e devido aos interesses do sistema ainda vigente, onde o foco é colocar em movimento a acumulação de capital e a concentração de terras, estas pessoas, sem o auxílio do Estado não possuem condições de acessarem a cidade formal.

Ressalta-se a necessidade de se prosseguir na investigação mediante um diálogo com essa população que vive nesses territórios, para que se possa apreender o saber e os anseios destes atores sociais, tendo como meta a transformação do território, já que ao se trabalhar com a população local, ouvindo suas demandas e dando vez e voz nos espaços de decisão é fundamental para se pensar na intervenção no território, via ações vinculadas ao planejamento e gestão urbanos pautadas nos problemas do espaço vivido, que precisam ser

superados. Bem como, se pensar junto com a população que vive nesses territórios, qual é o termo que os representa ou se há outros caminhos possíveis de avançar na busca de um conceito que os representem.

## Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio. Jorge Zahar, 2010.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: invenção histórica de um espaço*. Tese de Doutorado em Geografia, UFRJ, 2016 (Capítulo 1, pp. 25-70).

ANTONELLO, I. T. Ampliação dos territórios vulneráveis no Brasil: o desafio do planejamento urbano para atingir a agenda das cidades inclusivas e saudáveis. In: COSTA, E.M da; LOURO, Ana (organizadores). In: *Desigualdades em saúde, desigualdades no território: desafios para os países de língua portuguesa em contexto de pós pandemia*. 1 ed., Lisboa: Centro de Estudos Geográficos -Universidade de Lisboa, 2022, v.1, p. 277-284.

ANTONELLO, I. T. Paradoxo da produção social do espaço urbano: sustentabilidade ambiental e os territórios vulneráveis em Londrina/PR/Brasil. *Scientific Journal ANAP*, v.1, p.1084 - 1096, 2023.

ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A.; BERTINI, I. T. Ordenamento do território urbano atrelado a política habitacional segregacionista em Londrina/Pr. *Geo UERJ*. Rio de Janeiro, v.50, p.1-27, 2023.

ARIAS NETO, J. M. *O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)*. 2ed. Londrina: Eduel, 2008.

BRUM, Mário. *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

COHAB. *Plano Local de Habitação de Interesse Social de Londrina*. Disponível em: [PLHIS-PLANO-LOCAL-DE-HABITACAO-DE-INTERESSE-SOCIAL.pdf](#) Acesso 15 jul. 2022.

ELVIR, A, G. O estigma do favelado: ressignificando o conceito de favela nas dinâmicas urbanas internas na Areinha (Comunidade do Coque - Recife). *Revista Rural & Urbano*. Recife. v. 03, n. 02, 2018.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F.V; GLANOTTEN, V; WIT, T. *Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul Editores, 1981. p. 19-47.

FALS, BORDA, O. *Una sociología sentipensante para América Latina*. Antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FRESCA, T. *et al. Ocupações irregulares*. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/EXPANSAO/OCUPACOES.htm>. Acesso em 30 jul. 2022.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. *Déficit habitacional é problema comum a todas as regiões*. 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13227?show=full>. Acesso em 20 de novembro de 2019

GAVETTI, N. *A dignidade política administrativa: por que tem que ser assim?*. Londrina, Cotação, 1998.

GONÇALVES, R. S. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. da PUC, 2013.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil - 1870/1920*. Brasília: Edunb, 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950*. Documentos Censitários, série C, número 9. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Nota Metodológica n. 01*. 2023.

IPPUL. *Habitação de baixa renda no âmbito municipal em cidades médias – o caso de Londrina*. Londrina: IPPUL, 1996.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 476 p. 2006. Título original: *La production de l'espace*.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. O direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEITE, M. E. *Favelas em cidades médias: algumas considerações*. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 11, n. 34, jul. 2010.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. *Plano Diretor Municipal de Londrina Revisão 2018-2028: Relatório Etapa 2 – Avaliação Temática Integrada*. Londrina: IPPUL, 2018.

MARICATO, E. *Nossas cidades estão ficando inviáveis*. Brasília: IPEA, ano 9, nº 75, 2012.

MARTINS, V. H. T. *Habitação, infra-estrutura e serviços públicos: conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina-PR*. 2007. 175 p. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

MATTOS, R. “O Morro da favela como território das classes perigosas na Primeira República”. In: GONÇALVES, Rafael et alli, *Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas*, Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2020 (pp. 31-55).

QUEIROZ FILHO, A. P. de. Sobre As Origens da Favela. *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33 a 48, nov. 2011.

RODRIGUES, L. G. *O estigma do Favelado: O caso do conjunto habitacional Mucajá na cidade de Macapá-AP*. Dissertação (mestrado) - Universidade

Federal de Pernambuco. CAC. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, 2017.

ROLNIK, R. *Segregação urbana aceita na ditadura segue sendo o padrão*. 2014. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/raquel-rolnik-segregacao-urbana-adotada-na-ditadura-militar-segue-sendo-o-padraonobrasil.html>. Acesso em: 05 de maio 2017.

VALLADARES, L. P. *A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências Sociais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 15, no. 44, p.5-34, 2000.

VALLADARES, L. do P. *A invenção da favela*. Do mito de origem a favela.com, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. (pp. 22-73).

VAZ, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise social*. vol. XXIX (127), 1994 (3º), p. 581-597.

VAZ, L. F. Novas questões sobre a habitação no Rio de Janeiro: o esvaziamento da cidade formal e o adensamento da cidade informal. In *Anais do XXI International Congress Latin American Studies Association*, Chicago, 1998.

ZANON, E. *Segregação social e desigualdade espacial: o início das ocupações irregulares em Londrina*. 2022. Disponível em: [https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT2\\_SEM\\_10\\_22\\_308\\_20211216223056.pdf](https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT2_SEM_10_22_308_20211216223056.pdf). Acesso em 06 abril 2024.

### **Ideni Terezinha Antonello**

Atualmente é Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina/PR, no Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia e Pesquisadora CNPq (Bolsista PQ 2). Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/RS, mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Realizou aperfeiçoamento no L'institut Des Hautes Études de L'amerique Latine Université de La Sorbonne, IHELA, França, mediante a categoria de doutorado "sanduíche"(bolsista/CNPq). Executou o estágio de Pós-doutoramento no IGOT- Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/Universidade de Lisboa/Portugal (bolsista/CAPES).

E-mail: antonello@uel.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4011164128230924>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6147-4731>

### **Léia Aparecida Veiga**

Docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado) da Universidade Estadual de Londrina/Uel. Professora Visitante no curso de Geografia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana/UNILA e Docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado profissional) da UNILA. Realizou Estágio de Pós-Doutoramento em Geografia na UEL. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá/UEM.

E-mail: leia.veiga@uel.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9940086723504263>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7870-293X>

### **Isabelle Teixeira Bertini**

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, sendo bolsista CNPq. Possui Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Também possui especialização em Ensino de Geografia e graduação em Geografia: Licenciatura e Bacharelado pela mesma Universidade.

E-mail: Isabelle.bertini@uel.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6347100211040052>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1419-7655>

---

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em junho de 2024.